

[A 485 / Ak VIII 411]

ANÚNCIO DO TÉRMINO PRÓXIMO DE UM TRATADO
PARA A PAZ PERPÉTUA NA FILOSOFIA

de

Immanuel Kant,

Professor em Königsberg

Traduzido do original alemão,
sob a coordenação de
Valerio Rohden,
com a participação de
Adriano Perin, Berta Rieg Scherer, Charles Feldhaus,
Daiane Martins Rocha, Gabriel Xavier, Rocio de Souza Freitas

[Ak 413]

Primeira seção

FELIZ PERSPECTIVA DA PAZ PERPÉTUA PRÓXIMA

Do grau ínfimo da natureza viva do ser humano até seu grau supremo, a filosofia

Chrysippos diz em sua vigorosa linguagem estoica: “A natureza atribuiu ao porco uma alma, em vez de *sal*, para que ele não se corrompa.”¹ Ora, este é o grau ínfimo da natureza do ser humano antes de toda cultura, a saber, o mero instinto animal. – Mas é como se o [A 486] filósofo tivesse lançado aqui um olhar profético nos sistemas fisiológicos de nosso tempo; só que agora se preferiu usar, ao invés da palavra alma, o termo *força vital* (no que também se procede corretamente: porque de um efeito pode-se até mesmo inferir uma *força*, que ela produz, mas não imediatamente uma *substância* adequada particularmente a essa espécie de efeito); porém põe a vida na *atuação* de forças atrativas (a atração vital) e na faculdade de *reagir* a forças atrativas (na faculdade vital), e chama de *sadio* o ser humano no qual um estímulo proporcional não produz nem um efeito excessivo e nem um efeito demasiado pequeno: na medida em que do contrário a operação *animal* da natureza converter-se-á em uma operação *química* que tem como conseqüência uma decomposição, de modo que (como comumente se costumava crer) não a decomposição tem de resultar da morte e depois dela, mas a morte a partir da precedente decomposição. – Ora, aqui a *natureza* é representada no ser humano ainda antes de sua humanidade, portanto em sua universalidade, assim como ela é ativa no animal, para somente desenvolver forças que depois o ser humano pode usar segundo leis da liberdade; porém esta atividade e sua estimulação [*Erregung* / A 487] não é prática, mas só ainda mecânica.

[Ak 414]

A.

Das causas físicas da filosofia do ser humano

Abstraindo da propriedade da *autoconsciência* que distingue o ser humano de todos os outros animais, graças à qual ele é um animal racional (ao qual também, graças à unidade da consciência, apenas *uma* alma pode ser atribuída), assim torna-se propensão servir-se dessa faculdade para *raciocinar*, conseqüentemente para raciocinar metodicamente e mesmo meramente mediante conceitos, ou seja, para *filosofar*; e em seguida também com a sua própria filosofia entrar em atrito com outros de modo polêmico, ou seja, *disputar*, e, desde que isso não acontece prontamente sem paixão [*Affekt*]², para *querelar* [*zanken*] em favor da sua própria filosofia e, por fim, em massa

conduzir conjuntamente uma *guerra* aberta de uns contra os outros (escola contra escola como exército contra exército); - e eu digo, esta propensão ou, antes, *compulsão* [*Drang*], deverá ser vista como um dos benéficos e sábios arranjos da natureza, pelo qual ela procura afastar do [A 488] ser humano a grande desgraça de o corpo vivo corromper-se.

Do efeito físico da filosofia

Ela é a *saúde* (*status salubritatis*) da *razão* como efeito da filosofia. – Mas, visto que a saúde humana (segundo o acima mencionado) é um adoecer e convalescer constante, assim com a simples *dieta* da razão prática (como que com uma ginástica da mesma) ainda não se chegou a um acordo sobre como conservar o equilíbrio que se chama saúde e está suspenso sobre uma ponta de cabelo. Mas a filosofia tem de atuar (terapeuticamente) como *medicamento* (*materia medica*), para cujo uso são então requeridos dispensários e médicos (mas cujos últimos também são os únicos autorizados a *receitar* esse uso): no que a polícia tem de estar atenta a que médicos autorizados e não simples amadores se arroguem a *aconselhar*, *que filosofia se deva estudar*, e assim praticar um remendo em uma arte, da qual não conhecem os primeiros elementos.

[A 489] Um exemplo da força da filosofia como medicamento deu o filósofo estóico *Posidonius* por meio de um experimento feito em sua própria pessoa em presença do grande Pompeius (Cicer. *Tusc. Quaest.* lib. 2. sect. 61): enquanto ele mediante uma viva contestação da escola epicurista dominou um forte ataque de gota, o fez descer [Ak 415] aos pés, não deixou que alcançasse coração e cabeça, e desse modo deu prova do *efeito físico* imediato da filosofia, que a natureza por meio dela visa (a saúde corporal), ao mesmo tempo em que ele declamava a sentença, de *que a dor não é nenhuma coisa má*.³

[A 490]

Da aparência de incompatibilidade da filosofia com o estado de paz permanente na mesma

O *Dogmatismo* (p.ex., da escola de Wolff) é uma almofada para adormecer e o término de toda a vivificação, a qual justamente é o benéfico da filosofia. – [A 491] O *Ceticismo*, que, quando se encontra acabado, constitui o exato oposto da primeira escola, não tem nada com que ele possa exercer influência sobre a razão ativa; porque ele põe tudo de lado, sem o utilizar. O *Moderacionismo*, que pretende a via intermédia [*Halbscheid*], supõe encontrar na *probabilidade* subjetiva a pedra da sabedoria, e mediante acúmulo de muitas razões isoladas (nenhuma das quais é susceptível de prova) presume substituir a falta de razão suficiente, não é absolutamente nenhuma filosofia; e com estes medicamentos (da doxologia) se passa como com gotas de peste [*Pesttropfen*]⁴ ou como com

a triaga veneziana: que eles em decorrência do *excessivo bem* que os colhe da direita e da esquerda, *não servem para nada*.

[Ak 416]

**Da efetiva compatibilidade da filosofia crítica
com um estado de paz permanente na mesma**

Filosofia *crítica* é aquela que não começa com as *tentativas* de construir ou demolir sistemas, ou até mesmo apenas (como o Moderacionismo), de assentar sobre colunas um teto sem casa para moradia eventual, mas começa sua [A 492] empresa de conquista a partir da investigação das *faculdades* da razão humana (seja com que intenção for), e não raciocina sem claro objetivo [*so ins Blaue*], quando se trata de filosofemas que não podem ter sua justificativa em nenhuma experiência possível. Ora, contudo, há algo na razão humana, do qual não podemos tornar-nos cientes mediante nenhuma experiência, e não obstante prova sua realidade e verdade conhecida em efeitos que são apresentados na experiência, portanto também podem ser ordenados absolutamente (e, em verdade, segundo um princípio *a priori*). Este é o conceito de *liberdade* e a dela proveniente lei do imperativo categórico, isto é, do imperativo que ordena absolutamente. Por meio desta, *idéias* que seriam completamente vazias para a razão meramente especulativa, ainda que por meio da mesma sejamos inevitavelmente remetidos a elas como fundamentos cognitivos de nosso fim terminal, obtêm uma realidade, conquanto apenas moral-prática: ou seja, de *comportar-nos* de um modo tal, como se seus objetos (Deus e imortalidade), que portanto se permitem postular naquela perspectiva (prática), fossem dados.

Esta filosofia, que é sempre um estado armado (contra aquelas, que equivocadamente confundem [A 493] fenômenos com coisas em si mesmas), e justamente por isso também um estado armado que acompanha incessantemente a atividade da razão, abre a perspectiva de uma paz perpétua entre os filósofos, através da impotência das provas *teóricas* do contrário, por um lado, e através da força dos fundamentos práticos da aceitação de seus princípios, por outro lado; de uma paz que, além do mais, tem a vantagem de manter sempre ativas as forças do sujeito posto pelos ataques em aparente risco, e de assim também promover o propósito da natureza em vista de uma contínua vivificação do mesmo e de rejeição do sono mortal, através da filosofia.

* * *

Vistas as coisas desde essa perspectiva, tem de interpretar-se a sentença de um homem laureado não apenas em sua própria especialidade (a matemática), mas [Ak 417] também primoroso em muitas outras, com uma idade sempre ainda florescente rica em obras, [se tem de interpreta-la] não como uma sentença de um mau presságio, e sim como uma *mensagem de felicitação*, quando

ele nega totalmente aos filósofos uma paz repousando comodamente sobre pretensos [A 494] louros⁵⁵
Se a guerra é evitada para sempre,

: na medida em que tal paz certamente faz adormecer as forças e só frustraria o fim da natureza com vistas à filosofia como contínuo meio de vivificação para o fim terminal da humanidade; contra o que a constituição conflituosa ainda não é nenhuma guerra, mas pode impedir a esta por meio da predominância dos fundamentos práticos sobre os fundamentos opostos e assim pode e deve assegurar a paz.

B.

Fundamento hiperfísico da vida do ser humano para o fim de uma filosofia da mesma

Mediante a razão é atribuído à alma do ser humano um espírito (*mens*, νοῦς), de modo que não conduza uma *vida* simplesmente conforme aos mecanismos da natureza e de suas leis técnico-práticas, mas sim também conforme à [A 495] espontaneidade da *liberdade* e de suas leis morais-práticas. Este princípio vital não se funda em conceitos do *sensível*, os quais no seu todo pressupõem antes de tudo (antes de todo o uso prático da razão) uma *ciência*, isto é, um conhecimento teórico, mas ele procede, antes de tudo e imediatamente, de uma idéia do *supra-sensível*, a saber, da *liberdade* e do imperativo categórico moral, o qual pela primeira vez nos torna cientes desta; e assim ele funda uma filosofia, cuja doutrina não é, por assim dizer (como matemática), um bom instrumento (uma ferramenta para quaisquer fins), por conseguinte um simples meio, mas que *é em si mesmo um dever* tomar como princípio.

O que é a filosofia enquanto doutrina que, entre todas as ciências, constitui a máxima necessidade dos seres humanos?

Ela é o que o seu nome já indica: *investigação da sabedoria*. [Ak 418] Mas sabedoria é a concordância da vontade com o *fim terminal* (o sumo bem); e, visto que este, na medida em que é alcançável também é dever e, inversamente, se é dever também tem de ser alcançável, mas uma tal lei das ações chama-se [A 496] moral: assim a sabedoria não se torna para os seres humanos senão o princípio interno da *vontade* para a observância de leis morais, seja de que espécie possa também ser o *objeto* da mesma; o qual porém será sempre *supra-sensível*: porque uma vontade determinada por um objeto empírico pode muito bem fundamentar uma observância técnico-prática de uma regra, mas não pode fundar nenhum *dever* (que é uma relação não-física).

Dos objetos supra-sensíveis de nosso conhecimento

Eles são *Deus, liberdade e imortalidade*. 1) **Deus** como o ente omni-obrigante; 2) **liberdade** como faculdade do ser humano de fazer respeitar seus deveres (como se fossem mandamentos divinos) contra todo poder da natureza; 3) **imortalidade** como um estado no qual devem atribuir-se ao ser humano um bem-estar e um mal-estar proporcionais ao seu valor moral. Vê-se que esses objetos em conjunto como que se situam no encadeamento de três sentenças de um *silogismo* atributivo. E já que a eles, porque são idéias do supra-sensível, não pode ser dada [A 497] nenhuma realidade objetiva em perspectiva teórica, assim, se não obstante deve ser proporcionada a eles uma tal realidade objetiva, elas somente podem ser atribuídas a eles em perspectiva prática, como *postulados*⁶ da razão moral-prática.

Portanto *entre essas idéias*, a intermediária, a saber, a de *liberdade*, em virtude de a existência da mesma estar contida no imperativo categórico, que não dá margem a nenhuma dúvida, comporta as duas restantes; nessa medida ele, pressupondo o princípio supremo da *sabedoria*, por conseguinte também o fim terminal da vontade mais perfeita (a suprema felicidade concordando com a [A 498] moralidade), contém simplesmente as [Ak 419] condições sob as quais este fim unicamente pode ser satisfeito. Pois o único ente que é capaz de realizar essa distribuição proporcional é Deus; e o estado, no qual essa realização pode unicamente ser executada em entes racionais mundanos de modo inteiramente conforme àquele fim terminal, [é] a admissão de uma continuidade da vida fundada já em sua natureza, isto é, a *imortalidade*. Pois, se a permanência da vida não fosse fundada nisso, então ela significaria apenas *esperança* de uma vida futura, mas não uma vida futura a ser necessariamente pressuposta pela razão (em consequência do imperativo moral).

Resultado

Trata-se, portanto, simplesmente de um mal-entendido ou de uma confusão de princípios morais-práticos da moralidade com princípios teóricos, entre os quais apenas os primeiros podem proporcionar *conhecimento* em vista do supra-sensível, ainda que se instaure uma disputa sobre o que filosofia enquanto doutrina da sabedoria significa; e em relação a esta, porque contra ela não será nem poderá ser objetado nada relevante, pode-se com boa razão [A 499]

anunciar o término próximo de um tratado da paz perpétua na filosofia.

Segunda seção

PERSPECTIVA DUVIDOSA SOBRE A PAZ PERPÉTUA PRÓXIMA NA FILOSOFIA

O Sr. *Schlosser*, um homem de grande talento literário e (como se tem motivo para acreditar) de um modo de pensar devotado à promoção do bem, para o fim de restabelecer-se, num ócio contudo não inativo, da administração coercitiva da lei submetida à autoridade, entra inesperadamente no campo de batalha da *metafísica*, onde há muito mais querela com amargura do que no campo que ele agora abandonou. - A filosofia crítica, que ele acredita conhecer, embora ele tenha levado em conta apenas os resultados finais procedentes dela, e os quais, desde que não galgou com meticulosa dedicação os passos que conduzem a tal direção, ele tinha de necessariamente compreender mal, o indignou; e assim, [A 500] sem ter ele mesmo freqüentado antes a escola, logo se tornou professor “de um jovem homem que (segundo ele diz) queria estudar a filosofia crítica”, a fim de o dissuadir dela.

[Ak 420] Para ele só se trata de tirar do caminho, onde for possível, a *Critica da razão pura*. Seu conselho é como a garantia daqueles bons amigos, que propunham às ovelhas: se estas pelo menos quisessem abolir os cães, para viverem com eles como irmãos em contínua paz! - Se o aprendiz der ouvido a este conselho, então ele será um brinquedo na mão do mestre, “para solidificar o seu gosto (como este diz) por meio dos autores da Antigüidade (na arte da persuasão, por meio de fundamentos subjetivos de aprovação, em vez de um método de convicção por meio de fundamentos objetivos)”. Então ele está seguro: aquele [aprendiz] deixar-se-á inculcar a *aparência de verdade* (*verosimilitudo*) como *probabilidade* (*probabilitas*), e esta, nos juízos que absolutamente podem apenas surgir *a priori* da razão, como certeza. “A linguagem *bárbara* grosseira⁷ da filosofia crítica” não o agradará; uma vez que, muito antes, uma expressão *esteticamente bela* importada na filosofia elementar tem de ser ela mesma considerada bárbara. - Ele lamenta que “todas as noções, visões do supra-sensível, cada [A 501] gênio da arte poética devem ter suas asas cortadas” (quando se trata da filosofia!).

A filosofia, naquela parte que contém a *doutrina do saber* (na teórica) e na qual, embora na verdade esteja em grande parte direcionada à limitação das pretensões no conhecimento teórico, não pode absolutamente ser negligenciada, vê-se do mesmo modo necessitada na sua parte prática a retornar a uma *metafísica* (dos costumes), como um todo de princípios meramente *formais* do conceito de liberdade, antes ainda que se pergunte pelo fim das ações (a matéria do querer). - Nosso filósofo anticrítico passa por cima deste estágio ou o desconhece tão integralmente, que entende inteiramente mal o princípio que pode servir de pedra de toque de toda *legitimidade* [*Befügnis*]: *age de acordo com uma máxima, segundo a qual possas ao mesmo tempo querer que ela deva tornar-se uma lei universal*, e ele dá a esse princípio um significado que o limita a condições empíricas, e assim o torna inapto a ser um cânon da razão moral-prática pura (embora um tal cânon

tenha de existir); através do que ele lança-se em um campo completamente diferente daquele ao qual aquele cânon o [A 502] remete, e tira conclusões extravagantes.

Mas é evidente que aqui não se trata de um princípio do uso dos *meios* para um certo *fim* (pois então se trataria de um princípio [Ak 421] pragmático e não de um princípio moral); que não se trata de se a máxima da minha vontade, tornada lei universal, está em contradição com a máxima da vontade *de um outro*, mas se ela se contradiz *a si mesma* (algo que eu posso julgar *a priori* por simples conceitos, sem qualquer condição empírica, de acordo com o princípio de contradição, por exemplo, “se igualdade de bens ou propriedade será admitida em minha máxima?”), seja esta uma característica infalível da impossibilidade moral da ação. - Mera ignorância, e talvez também alguma má propensão de fazer chicana, podia ter produzido esse ataque, o qual não pode prejudicar o

Anúncio de uma paz perpétua na filosofia.

Pois uma confederação de paz [*Friedensbund*] que seja constituída de modo tal que, desde que as partes apenas entendem-se entre si, também pode ser imediatamente concluída (sem capitulação), pode também ser anunciada como concluída [A 503] ou pelo menos como próxima de conclusão.

* * *

Ainda que a filosofia seja representada simplesmente como *doutrina da sabedoria* (o que é também o seu verdadeiro significado), ela contudo não pode ser desconsiderada também como doutrina do *saber*, na medida em que esse conhecimento (teórico) contém os conceitos elementares dos quais faz uso a razão pura; ainda que isso ocorresse apenas para fazer ver à razão os seus limites. Mal pode-se colocar à filosofia no primeiro significado a seguinte questão: se se *deve confessar* livre e abertamente o que e de onde se conhece efetivamente algo acerca de seu objeto (sensível e supra-sensível), ou se, em perspectiva prática (porque a aceitação do mesmo promove o fim terminal da razão), apenas se [o] pressupõe?

Pode ser que nem tudo o que um homem toma por verdadeiro seja [de fato] *verdadeiro* (pois ele pode *errar*); mas em tudo o que ele diz ele ser *verdadeiro* [*wahrhaftig*] (ele não deve *enganar*): quer seja a sua enunciação meramente interior (diante de Deus), quer também exterior. - A violação deste dever de veracidade chama-se *mentira*; porque [A 504] pode haver mentira externa, mas também interna: de modo que ambas podem ocorrer juntas ou também contradizendo-se entre si.

Uma mentira, no entanto, seja externa ou interna, é de dois tipos: 1) quando se faz passar por *verdadeiro* o que, todavia, se está ciente [Ak 422] que é falso; 2) quando se faz passar por *certo* o que, todavia, se está ciente que é subjetivamente incerto.

A *mentira* (“do pai das mentiras, pelo qual todo o mal surgiu no mundo”⁸) é a verdadeira mácula indolente na natureza humana; por mais que ao mesmo tempo o *tom* da *veracidade*, especialmente no que concerne ao supra-sensível, seja também usual (segundo o exemplo de muitos comerciantes chineses, que sobre suas lojas em letreiros com letras douradas dizem: “Por aqui não

se engana”). - O mandamento: *não debes mentir* (mesmo que com a mais piedosa intenção), admitido intimamente como princípio na filosofia enquanto uma doutrina da sabedoria, não somente produziria nela a paz perpétua, mas também assegurá-la-ia para todo o futuro.

I. K a n t

Königsberg

ANOTAÇÃO COMPLEMENTAR

I – Origem do texto e sua tradução

O presente texto de Immanuel Kant (1724-1804) foi traduzido sob a coordenação do professor Valerio Rohden, com a participação de um grupo de estudantes inscritos na atividade “Café da Manhã com Kant – Tradução Filosófica e Prática da Língua Alemã”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina, no período de outubro a dezembro de 2006.⁹

O texto em questão, intitulado *Verkündigung des nahen Abschlusses eines Tractats zum ewigen Frieden in der Philosophie*, foi publicado originalmente na revista *Berlinische Monatschrift*, XXVIII, de dezembro de 1796, pp.485-504, também consideradas as páginas da 1ª ed., chamada de edição “A”, aqui referidas. Para sua tradução utilizou-se a respectiva reprodução fidedigna em *Kants Werke*, ed. por Wilhelm Weischedel. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968, v. 5, pp.405-416. Ao mesmo tempo se cotejou essa versão com o texto editado pela Academia, em *Kants Werke. Akademie Textausgabe*. Berlin: Walter de Gruyter, 1968, v. 8, pp. 411-422, também referidas no texto.¹⁰

É a seguinte a informação fornecida pelo editor da Academia, Heinrich Maier em *Anmerkungen der Bände VI-IX*, p.515, sobre a origem do texto:

Em seu “Escrito a um jovem homem que queria estudar a filosofia crítica”, Lübeck e Leipzig, 1797 (de resto já saído antes de 7 de dezembro de 1796, como uma carta de L. H. Jakob o mostra, XII 134; o Prefácio é de 1. de agosto de 1796), J. G. Schlosser tinha respondido ao ataque que Kant lhe dirigira em “Sobre um tom superior recentemente erigido na filosofia”. Com aquele Escrito Kant acertou contas no presente ensaio. O mesmo saiu no – apenas em julho do ano seguinte publicado – fascículo de dezembro do ano de 1796 da *Berlinische Monatschrift*, com o qual a revista encerrou sua edição (cf. carta de Biester a Kant de 5 de agosto de 1797, XII 191-193). Schlosser redigiu a respeito um “segundo Escrito a um jovem homem que queria estudar a filosofia crítica, ensejado pelo escrito do anexo ensaio do Senhor Professor Kant sobre a paz dos filósofos”, Lübeck e Leipzig, 1798. Kant contudo não reagiu mais a ele.

O texto de Kant parece de grande atualidade, tanto pela tese da filosofia como princípio dinâmico fundamental da vida e da saúde da razão humana, em estreita unidade espiritual-corporal, quanto pelas teses da vinculação entre razão e paixão na origem das controvérsias metafísicas, e da fundação da paz na filosofia crítica mediante a atitude da veracidade. O texto explicita teses pouco percebidas na leitura de suas grandes Críticas, e revela especial afinidade com a seção da Doutrina do Método da *Crítica da razão pura*, “A disciplina da razão pura com respeito ao seu uso polêmico”, B 766 ss.¹¹

II. Sobre a questão da tradução do termo *Affect*

Tratou-se de tomar uma decisão justificável sobre a tradução do termo *Affect* em A 487 / Ak 414, tanto mais difícil de ser tomada pela sua centralidade quanto à tese em jogo, ou seja, de que repousa nele a explicação da defesa dogmática da sua própria filosofia, que se converte em guerra filosófica ampliada. Trata-se de um termo que, vinculado a uma prática racional, explica a transformação desta em “arte sofisticada” (cf. *Crítica da razão pura*, B 86, abrev.: *KrV*), cujos atores “recusam ser moderados por qualquer crítica” (Cf. *KrV* B 785).

O termo *Affect* pode ser traduzido por afeto, afecção, afeição e, principalmente, por emoção. Alain Renaut, na passagem em questão, no entanto o traduziu por paixão: “... *car cela ne se produit pas facilement sans passion*” (ed. Pléiade, v. III, p. 420). Já o tradutor francês da *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Pierre Jalabert, teve de levar em conta a diferenciação que Kant nesta obra estabeleceu entre *Affect* e *Leidenschaft* (paixão), levando-o a traduzir ambos os termos, respectivamente, por “emoção” e “paixão”. Esses termos são abordados dentro do Livro III da *Antropologia*, que se ocupa da faculdade de apetição (*Begehrungsvermögen*), com a qual aqueles entram em conflito, na medida em que esta se define pela autonomia: “Apetição [*Begierde / appetitio*] é a autodeterminação da faculdade [*Kraft*] de um sujeito mediante a representação de algo futuro como um efeito da mesma” (*Antropologia*, Ak VII, 251). Nas emoções e paixões, justamente, o sujeito perde a liberdade, nas primeiras apenas momentaneamente, mas nas segundas abdicando dela em favor da escravidão.

Os termos são inicialmente definidos do seguinte modo: “A inclinação que dificilmente ou até nem pode ser contida pela razão é paixão [*Leidenschaft*]. Contrariamente, o sentimento de prazer ou desprazer no estado presente, que não deixa prosperar no sujeito a *reflexão* (representação da razão pela qual [se reconhece] se deve entregar-se a esse sentimento ou recusar essa entrega), é a emoção [*Affect*]” (*Antropologia*, Ak 251). As coisas parecem complicar-se pela extensa diferenciação que Kant estabelece aí entre emoção e paixão: “Das emoções em contraposição à paixão” (cf. *Antropologia*, Ak 252 ss.). Há não obstante razões favoráveis à interpretação do *Affect*, no presente texto do *Anúncio* (1796), como paixão:

- 1) Os *Affecten* (emoções) são leais e francos, enquanto as paixões são pérfidas e dissimuladas (cf. *Antropologia*, Ak 252).
- 2) As emoções identificam-se com um estado de embriaguez que passa com o sono, enquanto as paixões constituem um delírio que se aninha e se instala cada vez mais profundamente (cf. *Antropologia*, Ak 253).
- 3) O que constitui a emoção, mais ou menos cega, não é um estado de menor intensidade e sim de falta de suficiente reflexão para comparar os sentimentos presentes com a totalidade deles. Já a paixão é uma inclinação pela qual a razão é impedida de compará-la com vistas a uma escolha

em confronto com a soma de todas as inclinações (cf. *Antropologia*, Ak 266).

- 4) As paixões não são simplesmente como as emoções, “disposições de ânimo infelizes”, mas são em exceção más, não são só funestas do ponto de vista pragmático, mas também moralmente condenáveis (cf. *Antropologia*, Ak 267).
- 5) A paixão requer razão e liberdade, para poder colidir com elas. Há até uma “paixão pela liberdade”, como a paixão mais impetuosa do homem natural (cf. *Antropologia*, Ak 268). Só o ser humano se apaixona, e não os animais. Só ele tem uma “explosão de paixões”.

Esses elementos servem de base para a interpretação do termo “*Affect*” como paixão, em A 487 / Ak 414:

Primeiro, porque a vinculação da razão com o *Affect* é a origem da auto-afirmação de sua própria filosofia contra as demais e da guerra filosófica entre escolas.

Segundo, porque Kant admite na *KrV* que se as controvérsias metafísicas fossem desenvolvidas com um mínimo de honestidade, já há tempo teriam sido levadas a um melhor desfecho. Pois “com o propósito de se manter uma boa causa... não se pode aliar nada pior no mundo do que a perfídia, a dissimulação e a fraude” (*KrV* B 777).

Terceiro, porque parece contudo haver na própria teoria kantiana das paixões um argumento privilegiado em favor da tradução de *Affect* por paixão: no # 86 da *Antropologia* ele trata da “**inclinação à ilusão como paixão**”. Aí ele começa dizendo: “Por ‘ilusão’ (*Wahn*) como motivo [*Triebfeder*] das apetições entendo a ilusão / engano [*Täuschung*] prática de considerar o subjetivo na causa motora como objetivo” (*Antropologia*, Ak 274). Essa forma de ilusão é um meio a que a própria natureza recorre para manter ativa a vida humana; e assim, nesse “interesse pela simples ilusão”, é a “natureza, pois, que efetivamente joga com o homem e aguilhoa a ele (ao sujeito) em vista de seus fins” (*Antropologia*, Ak 275). Contrariamente ao que supõem, “dois de tais polemizadores crêem que jogam entre si, mas de fato é a natureza que joga com eles, acerca do que ela pode facilmente convencer a razão, se eles pensam quão mal os meios por eles escolhidos adequam-se ao seu fim” (*Antropologia*, Ak 275). Assim não é só a razão como disposição natural que se porta com a metafísica como uma amada com a qual se desentendeu, e que não consegue

deixar (cf. *KrVV* 878). Também à razão especulativa e sofisticada, nos seus arroubos e dissimulações, pode aplicar-se a afirmação da *Antropologia*, de que a razão geme sob a paixão enquanto clama por liberdade (cf. *Antropologia*, Ak 267).

Esses aspectos tanto parecem bastar, como constituem um conjunto de elementos que nos levam crer que a passagem considerada no texto do *Anúncio*, de 1796, insere-se não tanto numa perspectiva da *Antropologia*, que distingue *Affect* (emoção) e *Leidenschaft* (paixão), e que é um texto de épocas variadas, apontando para distinções terminológicas não integralmente aplicáveis no presente caso, (A 487 / Ak 414) mas que ela se insere, antes, na perspectiva que Herman Paul aponta em relação ao século 18: “*Affect*, lat. *Affectus*, primeiramente em geral ‘movimento do ânimo’, também mais estritamente ‘anelo / exigência, inclinação’; **particularmente a partir do século 18, então ‘forte excitação do sentimento’, ‘impetuosa paixão’** (PAUL, Hermann. *Deutsches Wörterbuch*, 9^a ed. Tübingen: Niemeyer, 1992, p. 18 – o negrito é nosso).

Uma vez que no texto de 1796, de Kant, que aqui apresentamos, trata-se, pelas teses e argumentos arrolados, visivelmente do último caso, ou seja, da guerra *apaixonada* entre filosofias, de cujo significado o sentido do termo *Affect* proposto na *Antropologia* não dá conta, concluimos, em acordo com Hermann Paul e Alain Renaut, que – salvo melhor juízo - a tradução de *Affect* por *paixão* é, em relação àquele texto, a mais correta.

Assim a filosofia, seja como natureza, ou como retórica, ou como filosofia crítica, deixa de pairar nas nuvens, para expressar-se como luta extrema pela conservação da vida humana e pelo sumo bem da humanidade.

V. Rohden

Florianópolis, Natal de 2006.

Notes

¹ Cf. Cícero, *De natura deorum*, II, 63, 160: *Sus vero quid habet praeter escam? Cui quidem, ne putesceret, animam ipsam pro sale datam dicit esse Chrysippus*. [Neste e em alguns outros casos seguimos as notas da Academia.]

² Seguimos a sugestão de Alain Renaut, de traduzir no presente caso “*Affect*” por “paixão”, e apresentamos adiante a justificação: cf. **Anotação complementar**, II.

³ Em latim consegue-se evitar mais facilmente do que em grego a ambigüidade nos termos *mal-estar* [*Übel* (*malum*)] e *mau* [*Böse* (*pravum*)]. Em relação ao bem-estar e ao mal-estar (às dores), encontra-se o ser humano (assim como todos os seres sensíveis) submetido à lei da *natureza* e é simplesmente passivo; em relação ao *mau* (e bom), encontra-se submetido à lei da *liberdade*. Aquela contém o que o ser humano sofre; esta, o que ele *faz* voluntariamente. - Em relação ao *destino*, a diferença entre *direito* e *esquerdo* (*fato vel dextro vel sinistro*) é uma simples diferença na relação exterior do ser humano. Mas em relação à sua liberdade e à relação da lei com suas inclinações, trata-se de uma diferença no interior do mesmo. No primeiro caso, o *reto* é contraposto ao *obliquo* (*rectum obliquo*), no segundo, o reto é contraposto ao *curvo*, atrofiado (*rectum pravo s. varo, obtorto*). Que o latim coloca um evento infeliz do lado esquerdo, pode por isso muito bem provir do fato que a gente não é tão ágil com a mão esquerda para repelir um ataque, quanto com a direita. Mas que nos augúrios, quando o *auspex** voltou seu rosto para o chamado templo (no Sul), ele fez o raio, que ocorreu à esquerda, passar bem sucedidamente: [isso] parece ter por fundamento que o deus do trovão, que foi pensado contra o *auspex*, conduz então seu raio na mão direita [K].

* Foi mantido o termo latino do texto, “*auspex*”, equivalente a “*avispe*”, que significa pássaro adivinho, originalmente com o nome de augúrio; tratando-se basicamente de “um vaticinador a partir do canto, vôo ou encontro de aves; o observador de pássaros”. Cf. GEORGES, K. E. *Ausführliches lateinisch-deutsches Handwörterbuch*. Darmstadt: WBG, 1988, 1º vol., p. 742. Ou, se preferirmos a lição de casa, “augúrio” significa “profecia feita pelos áugures, sacerdotes romanos, a partir do canto e vôo das aves” (HOUAISS, *Dicionário*. RJ: Objetiva, 2001, p.344).

- Segundo a Academia a respeito da sentença, “de que a dor não seja nada mau”, a proclamação de Posidonius consta em Cícero (*Tusc. Disput.* 1. II e 25 p. 61) com o seguinte teor: *Nihil agis, dolor! Quamvis sit molestus, nunquam te esse confitebor malum*. Cf. também *Crítica da razão prática*, Ak V 60 ss.

⁴ Segundo nota explicativa na edição da Pléiade, trata-se na verdade de “*pétasites*, famille de plantes vivaces à grandes feuilles auxquelles on attribua successivement toutes les vertus thérapeutiques”. In: Emmanuel Kant. *Oeuvres philosophiques*. Paris: Gallimard, 1986, v. III, p. 1412.

⁵ Se a guerra é evitada para sempre, e ouve-se o que diz o sábio, Então todos os homens mantêm a paz, só os filósofos não. (Kästner)

- [A nota com a citação dos versos é de Kant, que os extraiu da poesia então inédita “À paz perpétua”, de Abr. Gotthelf Kästner, posteriormente editada por K. W. Justi, Frankfurt e Leipzig, 1800, N. 60, p. 65].

⁶ Postulado é um imperativo prático dado *a priori*, inapto a qualquer explicação de sua possibilidade (portanto, também incapaz de qualquer prova). Logo, não se postulam coisas ou em geral a *existência* de qualquer objeto, mas apenas uma máxima (regra) da ação de um sujeito. - Ora, se é um dever agir em vista de certo fim (do sumo bem), então tenho também de estar autorizado a admitir: que existem as condições sob as quais unicamente essa efetuação do dever é possível, conquanto elas mesmas sejam supra-sensíveis e nós (em perspectiva teórica) sejamos incapazes de alcançar um conhecimento das mesmas.

⁷ Seguimos aqui o texto da ed. “A”. A ed. Ak 420 introduziu uma vírgula depois de “grosseira” (*rauhe*), que modificaria a ordem de tradução dos adjetivos para “linguagem grosseira e bárbara”.

⁸ Evangelho de João, 8 44. Kant parece tê-lo misturado com Romanos 5, 12.

⁹ Além dos tradutores antes referidos, participaram de atividades do seminário os estudantes Andrei Luiz Lodéa, Elisabeth O. Guerra, Idete Teles, Marcelo Doro, Maria Margareth Stadnick, Priscilla Mazon, Ramiro Marinho, Rejane Margareth Schaefer Kalsing.

¹⁰ Também se consultou, para alguma passagem mais obscura, a tradução de Alain Renaut: *Annonce de la prochaine conclusion d’un traité de paix perpétuelle en philosophie*. In: Emmanuel Kant. *Oeuvres philosophiques*, III. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1986, pp. 417-431.

¹¹ A bibliografia secundária mais importante em torno do assunto parece ser o livro de Gerhard Krüger, *Critique et morale chez Kant*. Préface d’Eric Weil. Paris: Beauchesne, 1961 [*Philosophie und Moral in der Kantischen Kritik*. Tübingen: Mohr, 1931]. Ernst Tugendhat tratou da questão da honestidade intelectual em *Egozentrizität und Mystik*. München: Beck, 2003, pp. 65-87. Valerio Rohden abordou o tema, como relação entre metafísica e retórica, no texto “Excessos da razão”, apresentado no XII Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF (Salvador, 23-27 de outubro de 2006) e no II Colóquio Internacional de Metafísica (Natal, 06-09 de novembro de 2006), no prelo das *Atas* deste Colóquio.